



COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Reunião de 24 de julho de 2024)

(Está presente uma delegação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

SENHOR PRESIDENTE (Rodrigo Goñi Reyes). — Havendo quórum, está aberta a reunião.

(São 14h36)

—A Comissão Especial de Futuros dá as boas-vindas a uma delegação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), composta pelas senhoras Ioanna Grotiuz, Lucía Pérez Chabaneau, Virginia Varela e Stephanie Rouvray, e pelos senhores Pedro Delprato e Daniel Carranza.

Solicitaram esta reunião para nos apresentar uma proposta com o objetivo de avançar na criação de mecanismos formais de participação da sociedade civil no trabalho da Comissão.

SENHORA VARELA (Virginia). — Muito obrigada a todos os integrantes da Comissão e ao presidente, Rodrigo Goñi, com quem estamos trabalhando e acompanhando, há bastante tempo, o desenvolvimento e a evolução da Comissão Especial de Futuros.

Nós, representantes do PNUD, estamos acompanhados por uma delegação de organizações da sociedade civil com a qual trabalhamos em um projeto chamado “Dialogar acerca”. Ele está relacionado a um tema que ganhou espaço na agenda regional do PNUD, ligado à preocupação com a qualidade de nossas democracias e à necessidade de continuar fortalecendo uma esfera pública inclusiva. Isso pressupõe, entre outras coisas, que a sociedade civil tenha efetivamente espaços de participação nos diferentes âmbitos de debate público e, em particular, no Parlamento.

Nesse sentido, naturalmente, as comissões que funcionam em ambas as câmaras são um espaço em que a sociedade civil e os legisladores interagem de diferentes maneiras. Entendemos que a Comissão Especial de Futuros também o é, por sua vocação, sua lógica e por se conceber, de certa forma, como uma comissão inovadora, aberta à escuta ativa e ao intercâmbio efetivo com múltiplos atores de diferentes áreas. Sabemos, e sei de maneira direta e em primeira pessoa, que a Comissão Especial de Futuros tem

trabalhado muito, em sua primeira fase, com a academia e também com atores do setor privado. Além disso, manteve conversas com a sociedade civil.

No intercâmbio permanente que mantemos com a sociedade civil, está prevista e foi proposta a ideia de trazer aqui a possibilidade de iniciar uma conversa para ver como as organizações da sociedade civil podem criar, no âmbito da Comissão Especial de Futuros, um mecanismo, um espaço que possa ser gradualmente formalizado, para participar e construir a agenda e as propostas desta Comissão, e para que elas possam se concretizar.

Vou parar por aqui para que os colegas que representam a sociedade civil possam se apresentar e fazer propostas mais concretas, considerando o tempo de que dispomos.

SENHOR DELPRATO (Pedro). — Boa tarde. Represento a Anong. Quero, em especial, valorizar a oportunidade de contar com este espaço.

Como Virginia bem disse, fazemos parte da sociedade civil, bastante heterogênea e diversa, que está envolvida em muitos dos temas e das políticas em geral e na governança de vários aspectos de nossa sociedade.

Também temos certa proximidade com a população em geral por meio do trabalho que realizamos, o que nos permite sentir seu pulso e ver o que está acontecendo. Não somos representantes da população, mas temos uma espécie de voz em alguns temas, possibilitada pela proximidade que nosso trabalho proporciona.

Nesse sentido, acreditamos que parte da visão do futuro envolve a possibilidade de a sociedade civil desempenhar um papel substancial na elaboração e na concepção das políticas. Muitas vezes, são tomadas decisões sem prever suficientemente o impacto que podem ter no longo prazo.

Acreditamos que podemos contribuir bastante para uma visão de longo prazo, trazendo, pelo menos, sensibilidade à construção de políticas. Participamos de várias instâncias por determinação legal, mas nos parece que deveria haver uma construção mais sistêmica sobre o que se pode oferecer e de que maneira.

É nessa perspectiva que nos interessava incluir um ator da sociedade civil, em suas diferentes formas, na construção da política pública e na consideração de seu possível impacto no futuro da população.

SENHOR CARRANZA (Daniel). — Faço parte da Data Uruguay e também integro a Rede de Governo Aberto e o Grupo de Trabalho de Governo Aberto, órgão de governança de um projeto nacional coordenado pela Agesic.

Dando continuidade à ideia, penso que a Anong expressou muito bem o valor dessa participação. Gostaríamos de contribuir também para a discussão sobre como fazê-la.

O Uruguai tem muito trabalho e avanços muito importantes em políticas de participação e de transparência. De fato, o próprio Parlamento participa do plano de governo aberto há pelo menos 2 ou 3 planos com ambas as Câmaras representadas, por isso existem metodologias, antecedentes claros e muito conhecimento desenvolvido sobre como levar adiante a participação.

Também enviamos ao Parlamento, em mais de uma ocasião, um documento com recomendações sobre como ter um Parlamento aberto, que inclui muitas dessas sugestões sobre como implementar os mecanismos de participação.

Se existe essa possibilidade de incorporar institucionalmente formas de participação ao trabalho da Comissão Especial de Futuros, deve-se considerar essa experiência anterior, todos esses antecedentes, insisto, do próprio Parlamento no trabalho com a sociedade civil, entendida em sentido amplo. Não se trata de algo exclusivo da sociedade civil organizada nem das organizações presentes aqui, mas da participação de pessoas interessadas e de atores relevantes interessados nos diferentes temas, o que, naturalmente, incluirá a sociedade civil.

SENHORA PÉREZ CHABANEAU (Lucía). — Represento a Anistia Internacional Uruguai. Muito obrigada pelo espaço; também agradeço ao PNUD por proporcionar esta oportunidade.

Vou tentar não ser repetitiva.

Parece-me que temos uma oportunidade de repensar alguns dos canais que já existem, ou estão previstos e funcionam em alguma medida, com diferentes resultados no diálogo entre o Parlamento e as organizações da sociedade civil.

Sem dúvida, o espaço das comissões, e desta Comissão em particular, oferece uma oportunidade diferente, e me parece que podemos pensar esse mecanismo de outra perspectiva. Acho que Daniel esclareceu algumas dessas questões sobre como fazê-lo. É preciso pensar no mecanismo estabelecido em si, mas também em como esses processos podem ocorrer de maneira mais eficiente para reunir as contribuições da sociedade civil. Elas nem sempre são exclusivamente preocupações, porque organizações como a Anistia Internacional e outras produzem pesquisas, evidências empíricas e muitos diagnósticos sobre grande parte dos temas, vários dos quais são discutidos nesta Casa.

Portanto, trata-se de criar oportunidades que possam realmente ser aproveitadas, não apenas na urgência da discussão sobre a votação de uma lei, mas também, como mencionou Daniel, para gerar processos que ajudem a

tratar melhor os temas, ouvindo uma voz importante: a da sociedade civil em geral e da sociedade civil organizada em particular.

Por isso, celebro a oportunidade de repensar esse mecanismo e sua efetividade para que seja realmente um espaço de influência, de aproveitamento e de melhoria a partir das contribuições recebidas.

Quero acrescentar um comentário ao que a Anong mencionou sobre a diversidade das organizações da sociedade civil. Embora crescente complexidade, ela também tem uma grande virtude. Penso que podem ser estabelecidos canais para enriquecer as conversas e discussões desta Comissão sobre os diferentes temas, dependendo de até onde avançar a oportunidade que temos hoje.

Quero mencionar que, na Anistia Internacional, e também pelo que compartilhamos com outras organizações, temos experiências e boas práticas que funcionaram muito bem e nas quais podemos nos apoiar. Elas abrangem não apenas diálogos parlamentares, mas também relações com instituições públicas em geral que levaram à produção de evidências empíricas e de dados de que, às vezes, constata-se por pedidos de acesso à informação pública que o Estado não dispunha para tratar de questões urgentes e muito importantes para o país. Podemos nos apoiar nesses casos; também temos outros em que esses diálogos não foram tão proveitosos.

Parece-me que, com base nessas experiências, podemos construir um caminho melhor para aproveitar mais este espaço.

Muito obrigada.

SENHOR PRESIDENTE. - Claro, agradecemos a proposta que nos fazem.

Esta Comissão, como o PNUD sabe, tem uma metodologia específica, que o próprio PNUD também vem praticando: a governança antecipatória. É uma metodologia que já vem sendo reconhecida, aceita e praticada e que, como qualquer metodologia, tem suas regras, seu sistema.

Adotamos essa metodologia nos processos que estamos desenvolvendo porque as comissões parlamentares de futuro em todo o mundo também a incorporaram. Convidam-nos justamente por termos adotado uma metodologia reconhecida até pela própria ONU, agora no Pacto para o Futuro. Em suma, realizamos nossos processos com essa metodologia, que vimos desenvolvendo na abordagem de “O Futuro do Trabalho e o Trabalho do Futuro”, tema escolhido por esta Comissão como eixo destes quatro anos. Já estamos a caminho do relatório final, e tivemos a participação de todos os atores considerados relevantes nesse processo, naturalmente incluindo a sociedade civil que, como vocês dizem, é muito diversa e tem muito a contribuir para este relatório. “O Futuro do

Trabalho e o Trabalho do Futuro” abrange uma área muito ampla, com muitas ameaças e desafios, e passa também pela conscientização. Uma das coisas que mais nos preocupam é a falta de consciência na sociedade civil, como vários parlamentos vêm reconhecendo, sobre os processos que estão surgindo e os impactos que as novas tecnologias, e me refiro à inteligência artificial, terão. As sociedades estão um pouco anestesiadas ou adormecidas, e as organizações da sociedade civil podem ajudar muito a despertar essa consciência; são parte do problema e também da solução. Faço essa observação como um esclarecimento prévio, introdutório. Provavelmente vocês já sabiam, mas é importante que fique registrado.

Em segundo lugar, esta foi a primeira experiência da Comissão Especial de Futuros. Antes do término deste período, vamos votar alguma estrutura mais permanente. Esta é uma comissão especial, e a ideia, pelo menos como nos foi apresentada pela presidenta da Assembleia Geral, é deixar para o próximo período e os seguintes uma comissão permanente, como existem em outros parlamentos. Teremos também de introduzir outros aspectos relacionados à participação mais sistêmica e permanente dos diversos atores, entre eles a sociedade civil. Ainda não começamos a tratar disso. De certa forma, queríamos encerrar esta experiência para poder explicar por que vale a pena criar uma comissão permanente, inclusive com outros elementos inovadores, no trabalho do Parlamento. Por isso, a proposta que vocês apresentam é muito oportuna; de algum modo, dá-nos legitimidade para propor processos mais permanentes.

Não sei se os senhores legisladores querem fazer algum comentário. Caso contrário, Sra. Virginia Varela, manteremos contato.

Este relatório que vamos elaborar, e em cujo avanço vamos nos concentrar agora, também oferece uma oportunidade, embora nos reste pouco tempo, de participar do tema e contribuir com elementos sobre algo que, reitero, vai afetar e impactar absolutamente todos.

SENHORA SANGUINETTI (Carmen). - Quero cumprimentar a delegação e agradecer sua presença.

Acho que estamos muito alinhados quanto à importância de integrar a sociedade civil ao trabalho que fazemos aqui. Pessoalmente, iniciei vários temas em que trabalhei convocando a academia, a sociedade civil, o setor privado e as diferentes áreas. Como venho da sociedade civil, acredito nela. Considero que a escala do Uruguai também torna simples e fácil essa participação, essa interação entre a academia, a sociedade civil e o poder político. Acho que há uma oportunidade de continuar aproveitando isso.

Parece-me que o trabalho desta Comissão com a academia, impulsionado por seu presidente, é um exemplo de fortalecimento, como foi dito aqui. Concorde que muitas coisas foram bem-feitas e que há outras a aprender.

Quero apenas enfatizar que muitos de nós estamos profundamente convencidos de que é preciso fortalecer e aprofundar essa ponte que existe hoje diante dos desafios que virão. A inteligência artificial é um deles, mas poderíamos citar vários.

Muito obrigada novamente pela presença de vocês aqui hoje.

SENHOR PRESIDENTE. — Agradecemos a presença da delegação e seguiremos em contato para dar um retorno, em breve, porque nosso período está chegando ao fim.

SENHOR CARRANZA (Daniel). - Estamos disponíveis para conversar sobre os diferentes mecanismos que possam surgir.

SENHOR PRESIDENTE. - Perfeito.

(Delegação do PNUD retira-se da sala)

—Vamos distribuir uma proposta muito simples, bastante direta, relacionada a um primeiro passo sugerido para tornar esta Comissão permanente. Estamos distribuindo uma minuta. Vamos examiná-la.

(Diálogos)

—Podemos votar o texto até a última Assembleia Geral; seria um primeiro passo para uma comissão permanente.

(A Sra. Lydia Garrido, Assessora em Futuros e Metodologias de Inteligência Coletiva entra na sala)

—Se concordarem, como depois um legislador terá de se retirar, vamos pedir à senhora Lydia Garrido que nos fale sobre a proposta para avançar no relatório final da Comissão Especial de Futuros. Já fizemos um relatório preliminar sobre “Futuro do trabalho — Trabalho do futuro” e nos restam dois meses

Sem mais, queremos que nos apresente quais seriam os próximos passos para depois discutirmos entre nós. Pedimos a Lydia Garrido que nos fale sobre esse ponto.

SENHORA GARRIDO (Lydia). - Vou tentar ser bem breve.

Este relatório faz parte do que estabelece a Lei nº 19.509 e deve ser entregue antes do término deste período. Devo lembrar que nos inspiramos, assim como a organização da Comissão e sua abordagem de trabalho, na Comissão para o Futuro da Finlândia, além de outras, naturalmente, e

sobretudo na elaboração de um desenho próprio, sob medida. A Comissão para o Futuro da Finlândia é nossa grande orientadora, embora a principal diferença seja que, no Parlamento, ela responde ao relatório elaborado pelo gabinete do primeiro-ministro. Essa é a diferença que teremos.

Quanto às características do relatório, ele resume de maneira sintética as atividades realizadas durante o período, nesses quatro ou cinco anos. Geralmente, esses relatórios têm entre 50 e 80 páginas, embora estejam sendo apresentados em Parte 1 e Parte 2. Assim, estaríamos falando de cerca de 100 ou 120 páginas. Essa é a ideia para a extensão do relatório.

A abordagem metodológica está dentro dos marcos de antecipação e complexidade utilizados em todos os demais trabalhos e atividades. O relatório busca analisar e integrar as contribuições geradas durante estes quatro anos, de 2021 a 2024, por meio dos diferentes trabalhos escritos do Grupo de Especialistas ampliado, oficinas, workshops, mesas-redondas, seminários, exposições e também do processo da segunda cúpula mundial. Devemos lembrar que esse foi um processo de nove meses, com interações muito interessantes com um grande número de especialistas ligados à inteligência artificial: suas relações com a democracia e com as grandes transformações sociais diretamente relacionadas ao tema trabalho e sociedade e os aspectos culturais que isso implica para a aprendizagem, a educação e assim por diante.

Para este trabalho, vem sendo realizada uma varredura de fontes secundárias denominada *environmental scanning* em inglês; sua tradução para o espanhol não é muito clara. Em suma, é uma busca e análise de documentos, relatórios e estudos de diferentes fontes de grande credibilidade, entre elas a OSDE da Finlândia, o Fórum Econômico Mundial e o The Millennium Project. Refiro-me a think tanks que trabalham específica e continuamente na identificação de variáveis, tendências, megatendências e sinais fracos e fortes. Enfim, todas essas categorias de mudança.

(A exposição é acompanhada por uma apresentação em Power Point)

—Estão previstas entrevistas para validar ou ampliar o que já tivermos escrito do documento, bem como para revisá-lo.

Depois vou esclarecer o que quero dizer com re-visão, isto é, olhar novamente.

Propus a realização de uma espécie de workshop, uma atividade interativa de validação do trabalho antes da entrega do documento final. Mas caberá a vocês decidir de acordo com o tempo disponível e as condições deste ano aqui no Parlamento. Minha recomendação seria realizá-la.

Entre os insumos, é preciso considerar todas essas publicações já realizadas pela CEF. Uma das últimas é o Guia Metodológico do PNUD com a Comissão de Futuros, e isso precisa ser discutido com o PNUD porque acho que será publicado em

nome do PNUD. A outra publicação, mais recente, acho que acaba de ser concluída sobre o processo da Comissão de Futuros e, sobretudo, com contribuições para a sistematização da Cúpula. Não sei se vocês já receberam esse documento.

SENHOR PRESIDENTE. — Não, porque ainda não liberaram nosso acesso. Está em correção.

Solicitei insistentemente tanto o texto do PNUD quanto o do IDEA.

Lydia entregou um texto, mas não o liberam para mim. Não consegui vê-lo.

SENHORA GARRIDO (Lydia). - Coloco à disposição os dois documentos de trabalho.

O documento do PNUD tem 100 páginas; eles o reduziram a 50. Para mim, é uma pena. Há 50 páginas cuja recuperação quero propor, para termos o documento completo, com os ajustes que vocês quiserem, naturalmente, mas é uma pena cortá-lo.

A outra publicação, Trazendo o Futuro ao Presente: o papel do Parlamento na promoção de um ecossistema de governança antecipatória inovadora, inclui, em seus capítulos, a sistematização da Cúpula. Acho que há contribuições muito interessantes que podem servir tanto a esta Comissão quanto a muitas outras; tem quase 150 páginas.

Como já compartilhei com vocês, fui identificando a inteligência artificial como tema transversal nos diferentes eixos que a Comissão de Futuros vem trabalhando direta ou indiretamente no âmbito tão amplo do “Trabalho do Futuro” e do “Futuro do Trabalho”: as condições da inteligência artificial em seu caráter emergente e evolutivo; os aspectos éticos, que deveriam ser centrais, como vem sendo proposto; sua relação com a democracia, diretamente com as oportunidades, os desafios e as ameaças no trabalho do futuro; a educação também ligada ao trabalho, especificamente à tarefa parlamentar; e a mudança climática, também vinculada ao futuro do trabalho, já que certas oportunidades de transformação, como a economia digital, têm aspectos que precisam ser compatibilizados com uma evolução sustentável.

Fica clara essa ideia de evolução sustentável? Isso se deve ao fato de gerarem uma pegada de carbono muito elevada.

Os eixos em que o relatório será apresentado são aqueles em que trabalhamos, acrescidos de mais dois, resultantes justamente deste processo de trabalho da Comissão. Trata-se de incluir os aspectos de sustentabilidade, mudança climática, economia digital e emissões zero, além da inteligência artificial, cuja transversalidade e cujo potencial de alterar a própria anatomia, poderíamos dizer, do trabalho vimos tanto na Cúpula quanto no cotidiano.

Não vou entrar em detalhes sobre este slide, mas esta é uma heurística muito útil, uma das que utilizamos para conectar os diferentes vetores ou forças de mudança. O importante é observar suas relações e inter-relações, considerando-os uns em relação aos outros, e não isoladamente. Eles geram novidades e oportunidades, mas também ameaças; em certos sentidos, são facilitadores e, em outros, inibidores. Poderia haver outros como estes; utilizamos alguns vetores transversais na análise desses temas.

De certa forma, o heptagrama reúne quase todos os 7 eixos em que o texto está organizado.

Em seguida, incluí apenas 3 slides para pensarmos, provocar um pouco a reflexão e ver a direção da abordagem deste trabalho. Em um relatório de 80 ou 100 páginas, não podemos nos aprofundar muito, nem se trata de uma receita, porque tudo isso está mudando, e essa é a questão mais importante a considerar.

Eu poderia ter escolhido muitas outras frases, mas escolhi uma de um relatório da McKinsey do ano passado, que diz: “É provável que a IA generativa tenha o maior impacto no trabalho baseado no conhecimento, em particular nas atividades relacionadas à tomada de decisões e à colaboração, que antes tinham o menor potencial de automação”. A que isso se refere? Quando aqui mesmo, neste Parlamento, se começou a falar do futuro do trabalho em 2015, 2016 e 2017 — não sei se lembram que isso acontecia todos os anos no Dia do Futuro, em setembro —, falava-se da automação como a maior ameaça, da substituição do trabalho rotineiro, não qualificado. Mas o que aconteceu neste último ano e meio? Percebemos que uma das maiores ameaças atinge justamente o trabalho qualificado, alguns dos trabalhos baseados em qualificação e conhecimento.

Apenas como referência para vocês, este gráfico mostra, em diferentes áreas, o impacto que se previa antes de 2017, nos estudos até 2017, 2018 e 2019, e o que os estudos mais recentes estão mostrando. É possível ver como aumenta o percentual de impacto que a automação teria sobre cada um desses setores.

Vejamos o primeiro: “Profissionais da área de STEM”, de ciências, tecnologias, matemática e economia, acho que é o que significa essa sigla. Até 2018 e 2019, antes do surgimento da inteligência artificial generativa, entendia-se que o impacto poderia ficar em torno de 13% ou 14%. Hoje se entende que pode chegar a 30% ou mais. Na educação, entendia-se que o impacto seria inferior a 10%; hoje se entende que é superior a 20%, e isso ocorre em cada uma das atividades. É uma forma de visualizar a diferença já trazida pela inteligência artificial generativa, que, além disso, está em suas fases mais iniciais.

O gráfico seguinte mostra o que acontece ao longo do tempo, isto é, quando ocorreria o impacto. Até 2017, 2018 ou 2019, trabalhava-se com o que aparece em cinza: o impacto da substituição, da automação, ocorreria por volta de 2045, 2050 ou depois de 2025. Se observarem agora a parte em azul-claro e azul mais escuro, estamos falando de 2025 a 2030. Uma reflexão minha, bastante geral, para provocar o debate, é que, no próximo período, em cinco anos, estaremos em um momento decisivo em que é preciso criar as condições para as transformações que já estamos vivendo, o famoso catching-up de que falam os economistas. Não quero fazer futurologia; quero me basear neste, como em tantos outros relatórios, mas este me pareceu apresentado de forma muito visual e bem fundamentada.

Temos muitas outras áreas da chamada fronteira tecnológica: tudo o que envolve biotecnologia, nanobiotecnologia e o manejo das bases biológicas humanas. Essa seria outra questão importante a abordar, mas a inteligência artificial, mais diretamente ligada ao trabalho e ainda em suas fases iniciais, está em uma velocidade de transformação e mudança que nem mesmo nós, especialistas nesses temas, ou os demais especialistas, conseguimos acompanhar.

SENHOR PRESIDENTE. - Obrigado,
Lydia.

Vou fazer dois ou três comentários. Primeiro, independentemente de Lydia nos fornecer os textos, vamos solicitar as versões completas que ela elaborou tanto para o “Guia Metodológico PNUD-CEF. O uso do Futuro como capacidade e competência nos Parlamentos” quanto para este último trabalho com o IDEA, “Trazendo o Futuro ao Presente”. De alguma forma, a Comissão Especial de Futuros está envolvida nesses textos, por isso deveríamos vê-los antes da publicação oficial. Eu os solicitei e ainda não os tenho, mas vamos examinando os textos que Lydia oferece hoje, enquanto recebemos os que serão publicados. Naturalmente, primeiro vamos dar nossa aprovação.

Em segundo lugar, deveríamos continuar avançando com essa abordagem e esse cronograma proposto por Lydia, porque a ideia é, antes do término do período ordinário, realizar um evento no Parlamento com todos os parlamentares e também com os candidatos sobre esse relatório, no qual já avançamos muito. É um tema muito, muito importante, e a oportunidade é agora.

SENHOR OLMOS (Gustavo). - Agradeço a Lydia Garrido, como sempre, por sua contribuição. Compartilho este último que foi dito no sentido de que estes últimos cinco anos serão de grande dinamismo. Certamente, o Parlamento que for eleito e assumir funções em 15 de fevereiro, verá nesse processo, nesses cinco anos, mudanças radicais, algumas fruto da tecnologia, e outras que nos serão impostas pelas políticas de fronteira da União Europeia e por outros tipos de coisas que nos exigirão fazer mudanças muito profundas em muitos aspectos: na economia, na legislação, em

incorporar os riscos e a mitigação da mudança climática; embora o Uruguai não altere o quadro global, isso continuará sendo uma exigência.

Certamente será necessária uma mudança drástica na forma como discutimos. Sem entrar no assunto, discutimos a transformação da previdência social de maneira relativamente independente das mudanças que prevíamos no mundo do trabalho. É uma discussão apoiada no mundo do trabalho anterior, sem pensar que ele entrará rapidamente em crise pelas consequências desta transformação. Por isso, parece-me que ter esse material, que considero o máximo a que podemos aspirar nesta legislatura, estabelecer este espaço como uma comissão permanente da Assembleia Geral e fazer com que a metodologia e a forma de raciocinar permeiem e se difundam pelas outras comissões do Parlamento, das duas câmaras, é a melhor contribuição que podemos oferecer a partir do trabalho destes anos.

Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE. - Muito obrigado, deputado.

Continuaríamos, então, trabalhando no tema com esse cronograma e essa proposta. Estamos conversando com os organismos internacionais que, em geral, nos acompanharam neste processo, para concluir este relatório final no prazo e na forma adequada. Como disse o deputado Olmos, ele terá altíssimo impacto e utilidade para as próximas legislaturas e os próximos governos.

Por fim, quero informar que fomos convidados pela Cepal a participar de um processo de promoção de uma rede de comissões de futuro. O processo começou por proposta da Cepal, depois a OIT demonstrou interesse em acompanhá-lo, e o Parlamento uruguaio, por meio da Comissão de Futuros, faz parte do projeto.

Além disso, está confirmada a Terceira Cúpula Mundial de Comissões de Futuro, que será no Chile nos próximos dias 15, 16 e 17 de janeiro. Foi uma decisão que tomamos aqui, na Segunda Cúpula Mundial, no Uruguai. Estamos convidados, e a ideia é que todos os membros da Comissão, ou aqueles que puderem e estiverem dispostos a ir, participem. Será uma terceira cúpula mundial, como a segunda, realizada em Montevideu, mas também estará ligada ao Congresso Futuro do Chile, que todos sabemos ser de grande interesse. Deixo, portanto, registrado em ata esse convite recebido; depois ele chegará pelas vias formais, com mais detalhes. São dias de férias e verão, mas é uma oportunidade que realmente vale a pena, tanto por ser a terceira cúpula — o Uruguai conquistou prestígio e participação com a segunda, realizada aqui em Montevideu — quanto pelo Congresso Futuro.

Além disso, deixo registrado que estaremos atentos e participando deste processo de uma rede latino-americana de comissões do Futuro iniciada pela CEPAL, que é uma forma de avançar nessas questões.

SENHORA GARRIDO (Lydia). — Apoiando o que o deputado Olmos apresentou, acho, sim, que a Comissão de Futuros tem um papel fundamental nos próximos cinco anos e pode se tornar um espaço de grande apoio às demais comissões e ao Parlamento. Aqui, à nossa maneira uruguaia, caminhamos devagar e precisamos começar a acelerar, mas já percorremos uma curva de aprendizado.

Vou dar apenas uma pequena informação. Até 2017 ou 2018, falava-se de quase 50% de automação do trabalho. Hoje o conceito mudou: mais do que automação do trabalho, fala-se de automação do tempo de trabalho. A mudança não é pequena; a semântica não é irrelevante. Já não se fala daqueles 50% que, em 2015, 2016 ou 2017, quando esses relatórios eram apresentados, nos pareciam absurdos. Hoje se diz que, bem antes de 2030, existe a possibilidade de automatizar entre 60% e 70% do tempo de trabalho atualmente realizado.

Por que digo que a mudança na semântica é importante? Porque também não é motivo para fatalismo ou distopias, nem para pensar que os robôs vão tomar nossos empregos. Não. O que isso indica é que há uma mudança: uma grande parte, entre 60% e 70%, do tempo de trabalho atual será substituída por inteligência artificial, e isso significa que os humanos terão outros tipos de tarefas e atividades. Com o que isso se conecta diretamente? Com a necessidade de antecipar quais capacidades e competências serão necessárias para essas novas tarefas que ainda não sabemos exatamente quais são. Treinar a agilidade e a rapidez necessárias para acompanhar a mudança nos termos da própria mudança torna-se, portanto, uma destreza e uma habilidade fundamental.

SENHOR PRESIDENTE. — Sugiro que a próxima reunião seja na quarta-feira, 21 de agosto, às 14h30, com uma apresentação do avanço de Lydia Garrido sobre o relatório final de trabalho futuro.

Não havendo mais assuntos, está encerrada a reunião.

(São 15h24)